



EXCELENTÍSSIMO PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO.

Ref.: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 151/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 29.690/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ.

RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO RECURSO ADMINISTRATIVO
INTERPOSTO PELA LICITANTE DUC GAS EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA.

HOSPITAL EM CASA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita CNPJ nº 34.440.614/0001-67, com sede na Av. Saturno Rangel Mauro, 300, 1486, quadra 032 lote 024, Praia de Itaparica, Vila Velha, vem, por intermédio de seu representante legal o Sr. Sidney Martins Warol Junior, Portador do RG sob nº 089329254 e CPF nº 020.518.457-00, por seu representante legal infra assinado, vem, com fulcro no Art. 4º, XVIII da Lei 10.520/02 e 22.2 do respectivo Edital, à presença de Vossa Senhoria, na melhor forma do Direito, observando os princípios constitucionais basilares de todo e qualquer procedimento licitatório, apresentar as

CONTRARRAZÕES

ao Recurso Administrativo apresentado pela DUC GAS EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA face à decisão da Sra. Pregoeiro que declarou a **HOSPITAL EM CASA LTDA** vencedora do certame emepígrafe.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Conforme previsto no Art. 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/93, art. 44 do Decreto Federal 10.024/2019 e subitem 22.2 do pregão eletrônico em epígrafe, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis, para o encaminhamento, por meio do sistema eletrônico, das razões do recurso, ficando as demais licitantes, após a apresentação das razões, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, contado do término do prazo do recorrente.

Assim sendo, como o prazo inicial para interposição do recurso teve início em 03 de novembro de 2022, o termo final para apresentação das contrarrazões é o dia 07 de novembro de 2022.

Desta feita, protocolizada nesta data, forçoso reconhecer a tempestividade dessas Contrarrazões.

DO RESUMO

A recorrente, DUC GAS EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA de FORMA PROTELATÓRIA, alega que o ilustre Sr. pregoeiro descumpriu as regras impostas em edital habilitando a recorrida, violando assim o princípio do instrumento convocatório.

DAS CONTRARRAZÕES

De forma muito sucinta e sem fundamentos, o recorrente alega descumprimento do edital por parte da recorrida e a habilitação por parte do nobre pregoeiro, desta forma iremos expor e argumentar nossas contrarrazões.

O primeiro argumento da recorrente se trata do cartão de CNPJ da recorrida, alegando que no mesmo não nenhuma atividade que seja próximo à comercialização de gases.

O cartão de CNPJ da recorrida encontre-se juntado aos documentos de habilitação sob o nome “19.1 CNPJ”, porém trazemos aqui as atividades dispostas nele.

Atividade Econômica Principal

46.84-2-99 - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente

Atividades Econômicas Secundárias

46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios

47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos

49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.

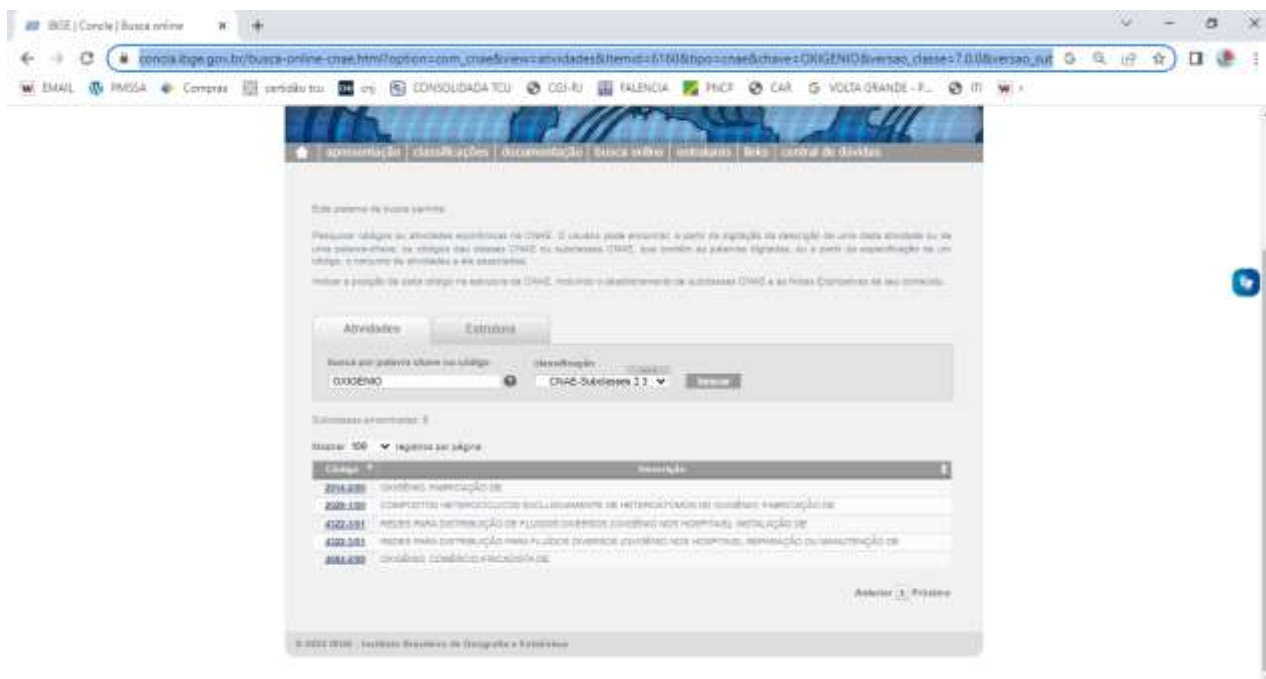
49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos

77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador



Vejamos que as atividades acima expostas, trazem a realidade do documento apresentado no processo licitatório.

Em consulta ao site https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?option=com_cnae&view=atividades&Itemid=6160&tipo=cnae&chave=OXIGENIO&versao_classe=7.0.0&versao_subclasse=10.1.0, sob a consulta da palavra “OXIGÊNIO”, podemos observar que o código para comercialização de oxigênio medicinal é o de número 46.84-2-99, conforme segue demonstrado:



Ou seja, exatamente a mesma atividade lançada no cadastro da Recorrida. Dessarte, não há razões para o acolhimento da pretensão da Recorrente.

O segundo ponto abordado pela recorrente é a suposta ausência de atestado de capacidade técnica, cópia da Autorização de Funcionamento (AFE) válida, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa, conforme itens 21.1; 21.2; e 21.3 e, que a recorrida não possui Autorização de Funcionamento (AFE) para o objeto da licitação (somente produtos correlatos), não possui Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos e nem químico responsável por suas atividades.

Desmembraremos as alegações trazidas acima para melhor interpretação.

Foram juntados dois atestados de capacidade técnica, conforme solicitado no item 21.1 do edital, os arquivos encontram-se sob os nomes “21.1 Atestado de Capacidade Técnica - 22-10-2022” e “21.1 Atestado de Capacidade Técnica” nos documentos apresentados pela recorrida.



Trazemos aqui o “print” de um dos atestados apresentados, no intuito de comprovar a alegação sem fundamento da recorrente.



O Recorrente afirma que a recorrida não possui Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos e nem químico responsável por suas atividades, porém, não há essas exigências no edital e, por consequência, tais documentos não foram incluídos nos documentos da recorrida.

Com intuito de assegurar ao ilustre pregoeiro a correção de sua decisão em habilitar à recorrida, trazemos aqui a comprovação de que temos em nosso quadro um químico responsável pelas atividades da empresa e que também temos a autorização para transporte do objeto do certame.



HOSPITAL EM CASA LTDA
Av. Saturno Rangel Mauro, 300, 1486, quadra 032 lote 024,
Praia de Itaparica, Vila Velha - es
CNPJ 34.440.614/0001-67



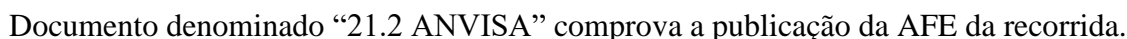
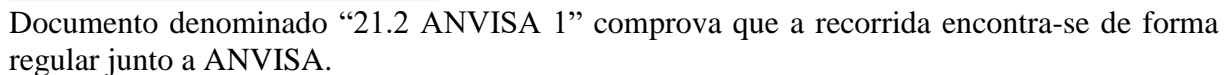
Frise-se que ambos os documentos foram emitidos antes ao início do certame, comprovando a higidez documental da Recorrida.

Além disso, a Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa, foi apresentada no documento denominado “21.3 alvará Vigilância Sanitária - 30-05-2025”.

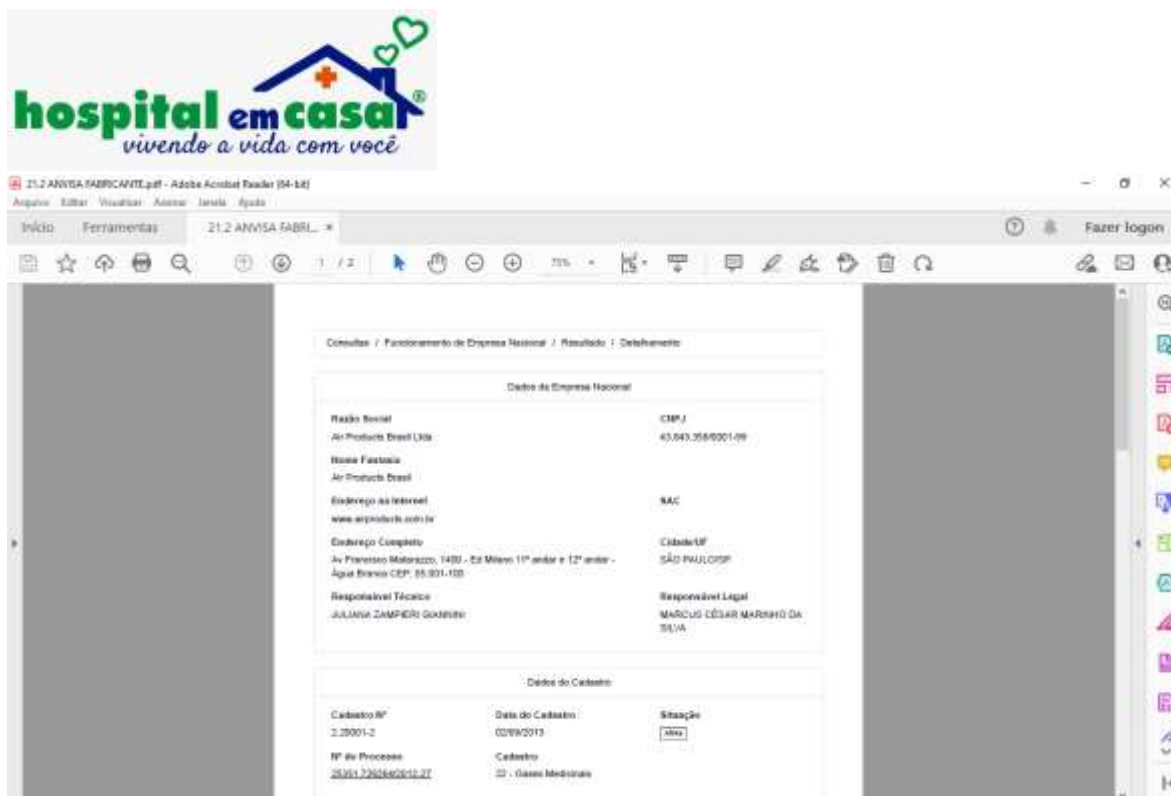


Quanto à alegação de ausência de Autorização de Funcionamento (AFE) para os produtos que são objetos da licitação, conforme determina o item 21.2 Do edital, esclarecemos que foram apresentados alguns documentos que comprovam o solicitado no item 21.2 do edital:

HOSPITAL EM CASA LTDA
Av. Saturno Rangel Mauro, 300, 1486, quadra 032 lote 024,
Praia de Itaparica, Vila Velha - es
CNPJ 34.440.614/0001-67



HOSPITAL EM CASA LTDA
Av. Saturno Rangel Mauro, 300, 1486, quadra 032 lote 024,
Praia de Itaparica, Vila Velha - es
CNPJ 34.440.614/0001-67



Também foi apresentado um documento denominado “JUSTIFICATIVA AFE”, no qual se comprova que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA não está emitindo autorização de funcionamento para distribuidores de Gases Medicinais, desta maneira impossibilitando a recorrida de possuir o referido documento.

Trazemos aqui a íntegra da justificativa apresentada nos documentos da recorrida.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29.690/2021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO CONTINUADO DE OXIGÊNIO MEDICINAL DOMICILIAR, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DOMICILIARES, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SUBSECRETARIA DA ATENÇÃO BÁSICA.

DECLARAÇÃO DE NÃO APRESENTAÇÃO DA AFE

O edital em seu item 20.3 exige a Autorização de Funcionamento (AFE) emitida pela ANVISA, diante disto, justificamos conforme abaixo:

No link <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/medicamentos/gases-medicinais/informacoes-gerais>, temos as informações quanto à expedição dessa autorização de funcionamento.

No item 10 da referida página, a ANVISA ainda não estabeleceu os requisitos com a concessão de AFE

HOSPITAL EM CASA LTDA
Av. Saturno Rangel Mauro, 300, 1486, quadra 032 lote 024,
Praia de Itaparica, Vila Velha - es
CNPJ 34.440.614/0001-67



para as empresas que realizam apenas as etapas de distribuição, armazenamento e transporte de gases medicinais e, portanto, essas empresas não necessitam de AFE para seu funcionamento.

Vejamos o print abaixo:



Sendo assim, só se mostra exigível no procedimento licitatório a AFE do fabricante, a qual encontra-se anexada, sob pena de ver diminuída a concorrência do certame.

Vila Velha, 25 de outubro de 2022.

Sidney Martins Warol Junior
sócio administrador

Diante de todo o exposto acima, resta comprovado que a recorrida atendeu de forma plena a todos os itens solicitados no instrumento convocatório, sagrando-se vencedora com o melhor preço ofertado para a administração.

Vale ressaltar que a Recorrente apresenta algumas impropriedades supostamente cometidas pela Recorrida, as quais também não foram cumpridas pela própria Recorrente, tais como o seu CNPJ que não possui a atividade para venda de gases medicinais e também em momento algum foi apresentado por ela a AFE para venda do objeto licitado, restando assim, em nosso entendimento, que o recurso apresentado pela recorrente não possui elementos mínimos que permitam o seu deferimento

DOS PEDIDOS

Em razão de todo o exposto, requer a TOTAL IMPROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo interposto pela Empresa RECORRENTE, uma vez que os fatos alegados não podem prosperar, sob pena de ferir direitos fundamentais da licitação;

E diante de tudo, a consequente adjudicação e homologação do certame em favor do Hospital em Casa LTDA.

HOSPITAL EM CASA LTDA
Av. Saturno Rangel Mauro, 300, 1486, quadra 032 lote 024,
Praia de Itaparica, Vila Velha - es
CNPJ 34.440.614/0001-67



Termos em que,
Pede Deferimento.

Vila Velha, 07 de novembro de 2022.

HOSPITAL EM CASA LTDA

Sidney Martins Warol Junior
sócio administrador

HOSPITAL EM CASA LTDA
Av. Saturno Rangel Mauro, 300, 1486, quadra 032 lote 024,
Praia de Itaparica, Vila Velha - es
CNPJ 34.440.614/0001-67